



Projeto obriga o Estado a oferecer assistência psicológica contínua para agentes da segurança pública

A proposta será analisada pelas comissões da Câmara dos Deputados



Janones: atendimento deve ser oferecido de acordo com a necessidade do servidor

O Projeto de Lei 2573/23 obriga o poder público a oferecer assistência psicológica contínua e gratuita para todos os servidores que atuam na área de segurança pública. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

“A atuação na segurança pública exige um alto nível de estresse, exposição a situações traumáticas e desafios constantes. Isso pode impactar significativamente a saúde mental

dos –servidores”, justifica o autor do projeto, deputado André Janones (Avante-MG).

Segundo a proposta, o atendimento psicológico deverá ser oferecido de acordo com a necessidade e a disponibilidade do servidor. Em todos os casos, o sigilo profissional é garantido aos psicólogos e demais profissionais envolvidos.

O texto também prevê que a administração pública promova a conscientização da importância da assistência psicológica para servidores da segurança pública, por meio de campanhas, palestras e distribuição de materiais educativos.

Tramitação

A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Saúde; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Total de idosos é recorde, número de crianças cai. Mulheres são 6 milhões a mais

Resultados do Censo 2022 “evidenciam o franco envelhecimento da população brasileira”, afirma o IBGE

ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)



Dados mais recentes sobre a população brasileira, divulgados nesta sexta-feira (27) pelo IBGE, ratificam o processo de envelhecimento no país, com recorde no número de idosos. No período de 12 anos, de 2010 até 2022, data do atual Censo, o número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4% – de 14,1 milhões para 22,2 milhões. Esse grupo representa agora 10,9% do total da população, participação recorde nos recenseamentos. Em 1980, por exemplo, eram apenas 4%.

Na outra ponta, o percentual de crianças e adolescentes de até 14 anos (40,1 milhões) caiu para 19,8% do total. Eram praticamente o dobro em 1980 (38,2%) e representavam 24,1% em 2010. A maioria se concentra dos 15 aos 64 anos (69,3%, ante 57,7% em 1980).

Redução da fecundidade e dos nascimentos

Assim, os resultados divulgados hoje “evidenciam o franco envelhecimento da população brasileira”, segundo o IBGE. “Ao longo do tempo a base da pirâmide etária foi se estreitando devido à redução da fecundidade e dos nascimentos que ocorrem no Brasil. O que se observa ao longo dos anos é redução da população jovem, com aumento da população em idade adulta e também do topo da pirâmide até 2022”, comenta a gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica do instituto, Izabel Marri.

A segunda apuração do Censo, com ajustes, aponta população de 203.080.756 habitantes. “Após a divulgação dos primeiros resultados foi necessário realizar, pontualmente, alguns procedimentos de revisão, que acarretaram nessa diferença ínfima em termos percentuais”, diz o gerente técnico do Censo, Luciano Duarte. Em relação aos resultados anteriores, houve alteração em 566 municípios.

Norte mais jovem, Sul-Sudeste mais envelhecido

Entre as regiões, o Norte é a mais “jovem” do país, com 25,2% da população até 14 anos. O Nordeste vem logo a seguir, com 21,1%. “As regiões Sudeste e Sul apresentam estruturas

mais envelhecidas, com 18% e 18,2% de jovens de 0 a 14 anos, e as maiores proporções de idosos com 65 anos e mais (12,2% e 12,1%, respectivamente)", informa o IBGE. Já o Centro-Oeste mostra "estrutura intermediária", perto da média nacional.

"Podemos perceber que a queda da fecundidade ocorreu primeiramente no Sudeste e no Sul do Brasil, o que as faz as regiões mais envelhecidas, com menor proporção de jovens", afirma a gerente. "A região Norte, embora também tenha registrado uma redução da fecundidade ao longo dos últimos anos em todos os estratos socioeconômicos, ainda se mantém a região proporcionalmente mais jovem. Também é na região Norte que observamos a menor proporção de pessoas adultas e idosas em relação às outras regiões", acrescenta.

Mediana de idade sobe de 29 para 35 anos

Já a mediana da idade subiu de 29 anos, em 2010, para 35 anos em 2022. Esse indicador considera uma população dividida entre os 50% mais jovens e 50% mais velhos. A mediana subiu nas cinco regiões: foi a 29 anos no Norte, 33 no Centro-Oeste e no Nordeste, 36 no Sul e 37 no Sudeste.

"Quando olhamos para as unidades da federação, não só a queda da fecundidade irá alterar essa idade mediana, mas podemos ter um efeito também de migração, com o recebimento de pessoas de um determinado grupo etário em certos estados, principalmente dos jovens adultos, assim como naqueles estados de onde os migrantes saem. Esses fatores também impactam e ajudam a entender a idade mediana observada nas UFs e nos municípios", analisa Izabel.

Mulheres são maioria

As mulheres continuam sendo maioria no país: 51,5%, ante 48,5% dos homens. A população feminina soma 104,5 milhões e a masculina, 98,5 milhões. Dessa forma, elas são 6 milhões a mais. Em 2010, a proporção era de 96 homens para cada 100 mulheres, e agora é de 94,2.

"Isso está relacionado com a maior mortalidade dos homens em todos os grupos etários: desde bebê até as idades mais longevas, a mortalidade dos homens é maior", lembra a gerente. "Além disso, nas idades adultas, a sobremortalidade masculina é mais intensa. E, com o envelhecimento populacional, a redução da população de 0 a 14 anos e o inchaço da população mais idosa há um aumento da proporção de mulheres, já que elas sobrevivem mais em relação aos homens."

A menor proporção de homens está no Sudeste (92,9). A maior, no Norte, onde há quase equivalência (99,7), mas pela primeira vez essa região mostrou maioria de mulheres.

De acordo com o Censo, municípios menos populosos (até 5 mil habitantes), tinham, em média, os maiores índices de envelhecimento, com 76,2 idosos para cada 100 pessoas de até 14 anos. Nos mais populosos (até 500 mil), a proporção caía para 63,9/100. O índice de envelhecimento cai nos municípios de 5 mil até 50 mil e 100 mil, voltando a aumentar depois disso. "Uma possível explicação para esse fenômeno é o deslocamento de pessoas em idade economicamente ativa para as maiores cidades em busca de emprego, educação e serviços. Esse deslocamento de pessoas adultas com seus filhos é predominantemente de pessoas em idade reprodutiva, o que também resultará em um menor número de crianças e nascimentos nas cidades menores, de origem."

Escrito por: RBA

Piso nacional de enfermagem: TST marca nova rodada de negociação para 7 de novembro

Para secretário de Finanças da CNTTS, patrões estão protelando o pagamento do piso nacional que os enfermeiros têm direito, após aprovação pelo Congresso Nacional

BRENO ESAKI/AGÊNCIA SAÚDE DF



enfermeiros atuando na pandemia

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), marcou uma nova rodada de negociação entre os patrões e os representantes dos trabalhadores e trabalhadoras da enfermagem, para o dia 7 de novembro, após a Confederação Nacional da Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde), se comprometer em apresentar uma proposta para o pagamento do piso nacional da categoria, até a véspera da reunião (6/11).

A decisão de remarcar uma nova rodada de negociação partiu do vice-presidente do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, que conduziu,

na quinta-feira (26), duas reuniões unilaterais. Uma com a CNSaúde e outra com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS) e a Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE). As audiências foram acompanhadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

Após os encontros, o ministro destacou que as partes estão dispostas ao diálogo e à busca de uma solução autocompositiva que atenda aos interesses das categorias. “Isso demonstra

o comprometimento de ambas na busca da melhor solução para todos”, enalteceu.

A CNTSS e a FNE se mantêm abertas ao diálogo e ressaltaram que irão continuar o processo negocial, sem prejuízo das negociações coletivas em trâmite nos estados. No entanto, o secretário de Finanças da CNTSS, Sandro Alex de Oliveira Cezar e presidente da CUT-Rio, critica a morosidade dos donos de hospitais e estabelecimentos médicos em aplicar o piso nacional da categoria, uma luta de anos desses profissionais.

“A verdade é que o setor patronal tenta evitar o cumprimento do piso tal qual o Congresso aprovou. O esteio, a sustentação do hospital, quem cuida dos pacientes são os enfermeiros. Apesar do cuidado estar a cargo de uma equipe multidisciplinar, os enfermeiros são maioria neste atendimento”, diz o dirigente, ao defender os direitos da categoria.

Mediação

A mediação do TST foi solicitada pela CNSaúde, representante da categoria patronal de estabelecimentos privados de saúde (hospitais, clínicas, casas de saúde, laboratório e serviços de diagnóstico, de imagem e de fisioterapia, entre outros).

Histórico

As regras para o piso da enfermagem foram aprovadas pelo Congresso Nacional em agosto de 2022, a partir do Projeto de Lei (PL) nº 2564/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES), definindo os valores dos salários em R\$ 4.750 para os enfermeiros, R\$ 3.325 aos técnicos de enfermagem e R\$ 2.375 aos auxiliares de enfermagem e parteiras. O PL se tornou a Lei nº 14.434.

Confusão no Supremo

O que seria uma vitória para os cerca de três milhões de profissionais de enfermagem do

país, tomou outros rumos com a interferência do ministro do STF, Luís Roberto Barroso, que um mês depois da lei sancionada, acatou uma ação promovida pela CNSaúde e concedeu liminar para suspender a aplicação. A alegação foi de que o Congresso não apontou a fonte dos recursos, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em maio deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou R\$ 7,3 bilhões para estados e municípios cumprirem com o compromisso, mas o caso seguiu em julgamento, prejudicando, principalmente, os profissionais que atuam em estabelecimentos particulares.

Jornada de trabalho

Outro aspecto destacado pela confederação é o tempo trabalhado. A CNTSS ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) por entender que, ao estabelecer a possibilidade de acordo individual para definir a jornada de 36 horas trabalhadas por 12 horas de descanso (comum no setor da enfermagem), a reforma Trabalhista implementada pelo governo do golpista Michel Temer (MDB), em 2017, fere a Constituição.

Porém, o STF afirmou que o artigo 7º da Carta Magna não proíbe, mas estabelece que a jornada de oito horas diárias ou 44 horas semanais possa ser compensada conforme acordo ou negociação coletiva. Portanto, não demandaria a intervenção dos sindicatos, conforme pleiteou a entidade como forma de proteger o trabalhador.

Além disso, ficou definido que o pagamento do piso salarial é proporcional à carga horária de oito horas diárias e 44 horas semanais de trabalho e que jornadas inferiores a isso resultarão na redução do piso.

Com informações do TST

Fonte: CUT - Escrito por: Rosely Rocha

Santander é o banco mais antissindical do mundo

Trabalhadores precisam se unir globalmente para enfrentar terceirizações, demissões e retiradas de direitos em todo o mundo



Não foi à toa que a organização do Fórum Sindical Internacional sobre a Digitalização Financeira, realizado na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), em São Paulo, reservou toda a tarde de quinta-feira (26) e a manhã de sexta-feira (27) para abordar os impactos da digitalização no banco Santander.

Ficou nítido que as práticas nefastas são comuns em todos os países que compõem a rede sindical internacional do banco espanhol. Os trabalhadores de Brasil, Paraguai, Chile, Uruguai, Argentina e até da própria Espanha, matriz do banco, sofrem com os mesmos problemas.

Wanessa Queiroz, coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander no Brasil, destacou a importância deste tipo de encontro para debater os principais “desafios aos trabalhadores do setor financeiro e ao movimento sindical, frente aos avanços das novas tecnologias, e da necessidade da regulação da Inteligência

artificial visando melhores condições de trabalho e o direito a desconexão seja no Brasil como no mundo. O reflexo das reformas trabalhistas em todo o continente é sentido com a precarização das condições de trabalho tanto para os trabalhadores de agências, como nas áreas administrativas que tem jornadas híbridas e teletrabalho.”

Acoordenadora da COE/Santander apontou as práticas antissindiais, “que atingem dirigentes de toda a América”, como um grave problema. “Por isso, nós reforçamos o compromisso da Rede Sindical Internacional do Banco Santander de atuar por melhores condições de trabalho, com foco nas negociações coletivas, para garantir os direitos dos trabalhadores do Santander em todo o mundo”.

Lucimara Malaquias, secretária-geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo e funcionária do Santander, concorda com a colega brasileira. “Pelo que a gente ouviu de todos os países, o Santander é o banco que tem mais práticas antissindiais na América e no mundo todo”, lamentou.

Para ela, o maior problema é a terceirização, “pois se o trabalhador for terceirizados, todos os outros problemas vão se expandir, pela falta de garantias e de defesas”. Ela defende uma união global dos trabalhadores. “Para o Santander, essa relação continua sendo de colônia, ele nos trata como terceiro mundo. É exploração predatória, a gente precisa denunciar isso para o mundo”, finalizou.

Problemas regionais

Amalia Castro, representante da La Bancária, da Argentina, disse que a principal dificuldade no país é o teletrabalho. “Os trabalhadores que estão neste modelo sabem que têm direitos, mas não conseguem colocar em prática. Eles sabem que têm de parar em alguma hora, mas não conseguem. Os companheiros que se desconectam continuam trabalhando no celular. Eles querem aumentar seus salários e precisam atingir metas, para isso, trabalham aos finais de semana e feriados”, revelou.

Amália lembrou que é difícil chegar aos trabalhadores que estão trabalhando remotamente. “Agora começamos a utilizar a tecnologia a nosso favor. Temos delegados que estão no modelo online que nos informam das irregularidades. Mas, mesmo assim, é muito difícil que eles tenham o sentimento de pertencimento que os presenciais têm. É muito individualista o modelo adotado pelo Santander, de metas individuais e meritocracia”.

União global

Sonia Lezama, membro do Conselho do Setor Financeiro Privado da Associação dos Bancários do Uruguai (AEBU), foi taxativa. “O Santander é antisindical, um banco completamente antissindical. Mas, logicamente não declara isso”.

Lezama acredita que encontros como este fórum servem para reunir trabalhadores do banco Santander de vários países para pensarem, em conjunto, estratégias e conhecerem em primeira mão a realidade global do banco no que diz respeito às suas políticas trabalhistas. “É a continuação do trabalho que vem sendo realizado nos últimos

anos; durante a pandemia, muitas trocas foram feitas, em toda a América Latina, sobre o impacto da digitalização e as transformações das relações no mundo do trabalho”, afirmou. “Eu acredito que o movimento sindical é mundial e cada um dos seus sindicatos têm de trazer as experiências dos seus países. Além disso, é preciso poder pensar em metas. Nós não vamos avançar sem elas.”

Matriz mantém mesma política Raquel Vicente Acero, da União Geral dos Trabalhadores (UGT) da Espanha, disse que a retirada de direitos e de empregos também é prática do Santander na Espanha. “Esse é o presente do banco Santander em todo o mundo. A partir de 2017, começaram as demissões, outras tantas vieram em 2020. No total, mais 12 mil trabalhadores já foram demitidos na Espanha”.

Raquel acrescentou que “o banco também utiliza terceirizações por aqui (lá na Espanha)”. Para piorar a situação, o exemplo do Santander foi seguido por outros bancos. “Com isso, o setor financeiro teve uma perda de quase 43% dos trabalhadores, ou seja, mais de 120 mil trabalhadores perderam o emprego”.

Para ela, o futuro é um caminho em direção à digitalização e à eliminação de vários processos. “Vai levar a várias demissões, muitas pessoas ainda vão perder o emprego. E o banco Santander vai continuar sendo líder nesse projeto”, lamentou. “Nós precisamos nos interrelacionar, trocar opiniões, pois os problemas são comuns e o futuro nós sabemos. Agora devemos nos antecipar aos problemas da digitalização e apoiar os trabalhadores. Por isso é tão importante eventos como esse”, finalizou.

Fonte: **contraf**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF